




GÉNERO E EDUCAÇÃO: O ACESSO À EDUCAÇÃO E O EMPODERAMENTO DE MULHERES EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO FORÇADA EM PORTUGAL¹

GENDER AND EDUCATION: ACCESS TO EDUCATION AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN IN THE CONTEXT OF FORCED MIGRATION IN PORTUGAL

GÉNERO Y EDUCACIÓN: EL ACCESO A LA EDUCACIÓN Y EL EMPODERAMIENTO DE LAS MUJERES EN EL CONTEXTO DE LA MIGRACIÓN FORZADA EN PORTUGAL

Catariana Sampaio²

Natália Ramos³

 10.21665/2318-3888.v11n21p10-39

RESUMO

O presente artigo debruça-se sobre os resultados alcançados numa investigação, no âmbito do mestrado em Relações Interculturais, centrada em compreender a realidade psicossocial de mulheres refugiadas em Portugal. O principal objetivo foi analisar e refletir sobre as trajetórias migratórias, de resiliência e de integração, determinando quais as principais dificuldades e quais os principais fatores protetores presentes na situação de refúgio, de acordo com os significados que as mulheres atribuem às suas experiências. Nesse sentido, foram realizadas 9 entrevistas semiestruturadas e em profundidade a mulheres oriundas do Iraque, Líbia e Síria. O estudo desvelou um conjunto diversificado de dificuldades e de fatores protetores, sendo um dos temas mais prementes o acesso à educação. Assim, este artigo focar-se-á nas dificuldades e importância de acesso à educação para mulheres em contexto de migração forçada, na relação estabelecida entre o acesso à educação e a autonomia e empoderamento, bem como nas políticas públicas portuguesas nesta matéria, dando-se destaque ao estatuto do estudante em emergência por razões humanitárias, ao abrigo do qual sete das entrevistadas prosseguiram os estudos interrompidos pela guerra nos seus países de origem. Da investigação conclui-se a absoluta importância da garantia de acesso à educação para mulheres

¹ As autoras deste artigo são de nacionalidade portuguesa. Mantivemos o padrão o ortográfico original.

² Mestre em Relações Interculturais, pela Universidade Aberta, tendo defendido a dissertação subordinada ao tema “Mulheres e Migrações Forçadas em Portugal: Adaptação, Resiliência e Integração Social”. A sua dissertação foi a selecionada no edital anual do Observatório das Migrações do Alto Comissariado para as Migrações (OM/ACM, IP) para ser publicada em formato de livro e integrada na Coleção Teses. É investigadora colaboradora no Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI/UAb). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5878-8545>. E-mail: catarinaasampaio93@gmail.com.

³ Professora Associada da Universidade Aberta, DCSG. Coordenadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, UAb. Doutorada em Psicologia Clínica e Intercultural, Universidade de Paris V, Sorbonne. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8448-1846>. E-mail: maria.ramos@uab.pt.

refugiadas, tendo tal salvaguarda implicações no acesso ao emprego qualificado, no estabelecimento de redes sociais, na diminuição do stress da aculturação, da exploração laboral e de outras vulnerabilidades e, por fim, na conquista da autonomia e do empoderamento pelas mulheres.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Migrações Forçadas. Interseccionalidade. Direitos Humanos.

ABSTRACT

The current article exposes the findings of a study conducted as part of a master's degree in Intercultural Relations that aimed at understanding the psychosocial realities of women refugees in Portugal. The primary goal was to reflect on the migratory, resilience, and integration trajectories, identifying the key obstacles and protective variables present in the refugee scenario based on the meanings that the women ascribe to their experiences. In this regard, nine semi-structured and in-depth interviews with women from Iraq, Libya, and Syria were conducted. The study uncovered a slew of challenges and protective variables, with one of the most significant concerns being access to education. Thus, this article will focus on the difficulties and importance of access to education for women in the context of forced migration, on the relationship established between access to education and autonomy and empowerment, as well as on Portuguese public policies in this matter, with the student status in emergency for humanitarian reasons standing out, under which seven of the interviewees continued their studies that had been interrupted by war in their countries of origin. The study concludes that ensuring access to education for refugee women is critical, with such a safeguard having implications for access to qualified employment, establishing social networks, reducing acculturation stress, labor exploitation risk, among other vulnerabilities, and, finally, in the achievement of autonomy and empowerment by women.

Keywords: Education. Gender. Forced Migrations. Intersectionality. Human Rights.

RESUMEN

Este artículo presenta los hallazgos de una investigación realizada como parte de una maestría en Relaciones Interculturales con el objetivo de comprender las realidades psicosociales de las mujeres refugiadas en Portugal. El objetivo principal fue reflexionar sobre las trayectorias migratorias, de resiliencia e integración, determinando las principales dificultades y los principales factores protectores presentes en la situación de refugio, según los significados que las mujeres atribuyen a sus vivencias. En este sentido, se realizaron nueve entrevistas semiestructuradas y en profundidad a mujeres de Irak, Libia y Siria. El estudio reveló un conjunto de dificultades y factores protectores, siendo uno de los temas más apremiantes el acceso a la educación. Así, este artículo se centrará en las dificultades y la importancia del acceso a la educación para las mujeres en el contexto de la migración forzada, en la relación que se establece entre el acceso a la educación y la autonomía y el empoderamiento, así como en las políticas públicas portuguesas en esta materia. Se rendirá énfasis en el estatus de estudiante en emergencia por razones humanitarias, bajo el cual siete de los entrevistados continuaron sus estudios interrumpidos por la guerra en sus países de origen. La investigación concluye la absoluta importancia de garantizar el acceso a la educación de las mujeres refugiadas, repercutiendo tal salvaguarda en el acceso a un empleo calificado, en el establecimiento de redes sociales, en la reducción del estrés de la aculturación, la explotación laboral y otras vulnerabilidades y, finalmente, en el logro de la autonomía y empoderamiento de las mujeres.

Palabras clave: Educación. Gênero. Migraciones Forzadas. Interseccionalidad. Derechos Humanos.

Introdução

Nos últimos anos assinala-se um aumento significativo dos movimentos migratórios, especialmente aqueles de natureza forçada, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Entre 2010 e 2017, o número de migrantes forçados aumentou anualmente, e essa tendência também tem sido observada em Portugal, de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Um exemplo recente é o conflito armado na Ucrânia, que colocou mais de 10 milhões de pessoas em situação de migração forçada em 2022, sendo que 90% delas são mulheres e meninas, de acordo com a ONU. As ilações retiradas desta investigação empírica relacionam-se com vários dos objetivos da Agenda 2030 da ONU, nomeadamente, com o objetivo número 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos; e com o objetivo número 5: alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.

Num mundo cada vez mais polarizado e pautado pela ascensão de partidos e movimentos machistas, autoritários e xenófobos, como sucede na Polónia, Hungria, Afeganistão, mas não só, a prossecução destes objetivos da ONU revela-se ambiciosa e urgente no cumprimento e respeito pelos direitos humanos. O objetivo número 4 da Agenda 2030 da ONU procura garantir o acesso à educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas as pessoas, independentemente da sua origem social, género ou etnia. A educação é um direito humano básico e fundamental, essencial para o desenvolvimento humano sustentável e para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Além disso, a educação é um importante meio para capacitar as pessoas a adquirirem habilidades e conhecimentos necessários para enfrentar desafios e aceder a mais e melhores oportunidades. No entanto, muitas mulheres e meninas ainda enfrentam obstáculos no acesso à educação em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento e em situações de conflito e de migração forçada. Por essa razão, garantir a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para mulheres refugiadas em específico e para todas as mulheres e meninas em geral, é fundamental para alcançar o objetivo número 5 da Agenda 2030 da ONU. Além disso, é importante fornecer um ambiente seguro e inclusivo nas escolas para que as mulheres e meninas refugiadas possam aprender sem receios de

violência ou de discriminação de gênero. Sem embargo, o objetivo número 4 e o objetivo número 5 estão estreitamente relacionados, pois a educação de qualidade é um meio essencial para promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas em todo o mundo, incluindo as refugiadas.

O acesso à educação, ou a privação do mesmo, assim como várias implicações adjacentes, foram tema emergente nas entrevistas semiestruturadas e em profundidade realizadas a nove mulheres oriundas da Síria, da Líbia e do Iraque, na investigação na qual se baseia este texto. Em relação às políticas públicas que promovem a garantia do direito à educação, destacou-se o estatuto de estudante em situação de emergência por razões humanitárias.

Relativamente à estrutura, o presente artigo foca-se, primeiramente, na revisão da literatura sobre os conceitos relevantes relativos ao tema tratado: as desigualdades históricas de gênero, as vulnerabilidades adjacentes, a migração forçada no feminino e a relação das anteriores categorias com o acesso à educação. De seguida, identificam-se as opções metodológicas assim como os resultados. Logo depois, apresenta-se a discussão dos resultados onde são trabalhados os significados atribuídos pelas entrevistadas em diálogo com a revisão da literatura. Por fim, expõem-se as considerações finais.

1. Desigualdades de Gênero, Vulnerabilidades e Educação

Diversas sociedades apresentam uma hierarquia, que se considerou natural e que fortalece as assimetrias sociais e políticas, em que o homem está acima da mulher (BARROS, 2005). Fisher (2000) descreve a exclusão social das mulheres como secular e diferenciada e lembra que ao longo dos séculos foram atribuídas certas características às mulheres que as representavam como inferiores aos homens. De facto, a divisão em diferentes critérios, como o de gênero, que é uma construção social, surge a partir do senso comum das pessoas e da forma como elas se classificam ou classificam os outros (AGUIAR, 2007). O sexo, por sua vez, remete para a dimensão biológica e a sua

determinação diz respeito às características físicas geneticamente determinadas. Por outro lado, o gênero remete-se para a dimensão social que resulta em representações sociais, variáveis no tempo e na cultura, que têm contribuído para consideráveis assimetrias (AMÂNCIO, 2003). Com efeito, os papéis de gênero, como construção social que define papéis sociais, baseiam-se num conjunto de crenças que historicamente se refletiram em comportamentos, estereótipos, normas sociais, privilégios e obrigações atribuídos aos indivíduos com base no seu sexo (MEAD, 1935). As representações, crenças e concepções culturais de gênero, profundamente enraizadas nas sociedades, constituem avultados obstáculos e desafios para o alcance da igualdade de gênero (CALVINHO E RAMOS, 2014). Os efeitos desta construção social geraram um aglomerado de desafios acrescidos que se impõem às mulheres e que englobam dificuldades no acesso à educação, desigualdades sociais e de gênero e, inclusive, situações de extrema vulnerabilidade como quadros de violência doméstica. Este contexto potenciou, a partir dos anos 60, o surgimento de movimentos feministas globais que exigiam mudanças estruturais com vista à plena igualdade. Desde o direito à participação na vida pública, à exigência de um salário adequado ao serviço prestado, as mulheres tiveram (e continuam a ter) nas suas batalhas diárias de lutar contra estigmas, preconceitos e estereótipos fortemente enraizados nas culturas e sociedades ao longo dos tempos. O acesso à educação revelou-se um tema de destaque dos movimentos feministas que compreenderam que tal garantia produziria ainda mais progresso do que o direito ao voto. Esta convicção parte da tomada de consciência de que através da educação as mulheres seriam dotadas de capacidades para reconhecer e combater a opressão a que são sujeitas (POLO, 2018). De facto, é fundamental reconhecer que as assimetrias de gênero, enquanto construção social, são fortemente impulsionadas pela educação, através da qual, de tenra idade, as mulheres são direcionadas para o exercício de tarefas “femininas”, limitando a sua liberdade de escolha e autonomia. Tradicionalmente foram afastadas do acesso à educação formal, já que, na esfera privada, para ser uma boa mãe, dona de casa e esposa não se verificava essa necessidade (POLO, 2018). Com efeito, é precisamente a partir da garantia do acesso à educação que se poderá assistir à alteração de papéis e à aquisição de competências e de ferramentas com vista à autonomia e empoderamento das mulheres.

No que concerne especificamente às migrações forçadas numa perspectiva de gênero, o papel crescente das mulheres tem sido negligenciado em várias dimensões (RAMOS, DIAS, 2020c), por exemplo “como agentes económicos e de desenvolvimento tanto nos países de origem como nos de acolhimento, no envio das remessas para países de emigração em desenvolvimento, provocando mudanças progressistas que afetam mentalidades, hábitos de vida, educação, participação cívica e igualdade de gênero” (RAMOS, 2020, p. 410).

2. Mulheres em contexto de migração forçada e acesso à educação

Segundo Almeida (2021, p. 167), o acesso à educação por parte de migrantes é de extrema importância: “a educação representa uma das principais dimensões da integração com diversas subcategorias”. De facto, a educação tem o potencial de criar novas e melhores oportunidades, reduzindo as possibilidades de desemprego e de precariedade. No que diz respeito à reinserção no mercado de trabalho, de acordo com Almeida (2021, p. 35), existem adversidades acrescidas impostas aos migrantes e refugiados: “a reintegração no mercado de trabalho, adequado às qualificações, pode ser morosa e complexa, fruto de qualificações e educação não reconhecidas nos países de acolhimento, contribuindo para uma perda de identidade profissional”. Ademais, adquirir “uma qualificação adicional pode revelar-se um desafio para muitas mulheres que cuidam da família e do agregado familiar”. Isto significa que, além do desemprego, a ausência de oportunidades para aceder a trabalho qualificado, correspondente às habilitações, representa, igualmente, uma adversidade no processo de adaptação da pessoa migrante. Para as mulheres o desafio pode ser ainda maior por tradicionalmente terem de se dedicar a cuidar das diferentes gerações na família, como das crianças e dos idosos. Almeida (2021, p.165) refere que existem eixos fundamentais e preponderantes para a integração e adaptação positiva, destacando: “habitação autónoma; acesso à saúde geral e mental; acesso à educação; inserção no mercado de trabalho; e formação em língua portuguesa”. Por oposição, a ausência destas garantias e direitos traduz-se num acervo de dificuldades e de

problemas de adaptação que poderá contribuir para a diminuição de oportunidades e de bem-estar social e psicológico e aumentar vulnerabilidades, exclusão, adoecimento e *stress* da aculturação (RAMOS, 2004, 2008, 2009, 2020b).

Em resposta à crise humanitária vivida na Síria, foi fundada em novembro de 2013 pelo ex-presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, a Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência aos Estudantes Sírios, designada posteriormente como Associação Plataforma Global para Estudantes Sírios (APGES). A APGES entrou em fase operacional quando, em Março de 2014, uma “operação de resgate humanitário – organizada pela APGES, com o apoio do Governo português – permitiu que 45 estudantes sírios selecionados entre 1.700 candidatos retomassem os estudos universitários ao abrigo de um programa de bolsas de emergência” (APGES, sd). Desde que foi fundada, a APGES atribuiu mais de 550 bolsas de estudo, num esforço de contribuir na resposta ao conflito e concentrando-se nas necessidades da educação superior, uma área de intervenção humanitária que tem sido negligenciada pela comunidade internacional. De facto, este programa emerge da tomada de consciência de que a educação, enquanto direito fundamental, configura-se um fator protetor capaz de mitigar as repercussões psicológicas adjacentes às experiências traumáticas da exposição à guerra e à violência generalizada, oferecendo, simultaneamente, uma sensação de normalidade, estabilidade, estrutura e esperança para o futuro. Além disso, a educação assume um papel preponderante no contexto de guerra, uma vez que tem o potencial de gerar líderes e profissionais que serão fundamentais para a reconstrução e reestruturação dos países afetados. No fundo, a concessão do estatuto de estudante em situação de emergência é uma resposta humanitária de emergência que prevê uma bolsa que permite aos estudantes que cessaram os estudos, por conta dos conflitos e da guerra instalados nos seus países de origem, prosseguir a vida académica em países considerados seguros. Vale a pena referir que a APGES encoraja particularmente as mulheres a candidatarem-se.

Foi após esta iniciativa da APGES que surgiu, no Direito português, o Decreto-Lei n.º 62/2018 sobre a alteração do Estatuto do Estudante Internacional, que veio facilitar o processo de concessão deste estatuto a estudantes em mobilidade forçada. Segundo este decreto, no contexto “da promoção de políticas ativas de acolhimento e apoio a refugiados,

peessoas deslocadas e pessoas com estatuto idêntico ao de refugiado, o Governo português tem defendido, quer internamente quer nos fóruns internacionais, designadamente nas Nações Unidas, uma abordagem que assegure o respeito e a defesa dos direitos humanos, assumindo um papel pioneiro na defesa do contributo do ensino superior em situações de emergência, enquanto instrumento de proteção, facilitador da integração e da preparação para a fase de reconstrução dos países destruídos pela guerra”. É, pois, reconhecida pelo governo português a imprescindibilidade de favorecer os procedimentos que permitam que pessoas refugiadas prossigam os seus estudos e, por isso, demonstrou neste Decreto-Lei disponibilidade no acolhimento de estudantes “em situações de deslocação forçada devido a conflitos armados, violência generalizada e violação de direitos humanos nos seus países de origem, contribuindo para apoiar mais eficazmente os processos de reintegração das pessoas afetadas por esse tipo de situações, bem como os processos de reconstrução futura das suas comunidades e países”. Deste modo, o governo português considerou fundamental “remover os constrangimentos legais atualmente existentes ao acolhimento dos estudantes em situações de emergência humanitária no ensino superior”. Para tal, estabelece que “o enquadramento legal para o ingresso dos estudantes em situações de emergência humanitária nas instituições de ensino superior, até agora omissas, salvaguardando que a estes estudantes seja garantido o acesso integral à ação social, incluindo a atribuição de bolsas de estudo, e a sua equiparação excecional aos estudantes nacionais para efeitos de pagamento de propinas, taxas e emolumentos”. Assim, ao conceder o “acesso destes estudantes aos mecanismos de atribuição de bolsas de estudo, Portugal coloca-se numa posição de liderança no apoio aos estudantes em situação de emergência por razões humanitárias”. É de salientar que, em muitos casos, este tipo de oportunidades são a última esperança para determinadas pessoas conseguirem abandonar os seus países de origem e, assim, escapar à violência generalizada, a diversos perigos, a violações de Direitos Humanos e, muito possivelmente, a alguma vez conseguirem retomar os seus estudos.

É de ressaltar a particular importância deste tipo de respostas por parte do Estado português para auxiliar a integração social de mulheres e meninas, salvaguardando os seus direitos. Reflita-se sobre os acontecimentos recentes, por exemplo, no Afeganistão, onde as mulheres têm sido absolutamente privadas da vida pública e obrigadas a abandonar a

escola e o ensino superior sendo-lhes, agora, totalmente vedado o acesso à educação. É deste novo e complexo contexto que se dá a tomada de consciência de que é fundamental assegurar não só a continuidade destes programas para estudantes em emergência humanitária, como de os expandir. Nesse sentido, refira-se que a APGES se encontra a desenvolver a “*Rapid Response Mechanism for Higher Education in Emergencies*” (RRM). Trata-se de uma plataforma informal que obteve o financiamento da Fundação “la Caixa” (FLC), e que procura atribuir “bolsas de estudo de emergência e destina-se a estudantes em situação de emergência humanitária, refugiados ou estudantes em mobilidade forçada, cujos países de origem atravessam guerras que os impedem de prosseguir a sua formação académica”, alargando “o seu campo de aplicação e tornar-se um verdadeiro mecanismo de resposta rápida para o ensino superior nas emergências, podendo apoiar potencialmente qualquer estudante oriundo de um país em conflito ou que tenha sido destruído por uma catástrofe natural” (FLC, sd). Fundamentalmente, esta é uma evolução do programa inicial que torna elegíveis nacionais de qualquer país em guerra ou devastado por uma catástrofe natural.

3. Metodologia e Resultados

Neste ponto serão apresentados os resultados da investigação empírica, particularmente as experiências, oportunidades, dificuldades e frustrações das participantes, com especial destaque no que se refere ao acesso e qualidade da educação no país de acolhimento, Portugal. São ainda expostas questões relacionadas com a adaptação e a vida em Portugal, assim como, as opiniões das entrevistadas relativamente à discriminação baseada no género sentida a nível académico e profissional nos seus países de origem.

Saliente-se que neste estudo, optou-se por não estabelecer contacto com organizações ou instituições envolvidas com a população migrante. Essa decisão foi motivada pela **perceção** de que a presença de intermediários institucionais poderia influenciar a maneira como as mulheres relatariam as suas experiências de migração, especialmente no que diz respeito ao apoio social e institucional recebido, potencialmente afetando os

resultados. Portanto, optou-se por uma abordagem direta. A primeira entrevista foi obtida através do contacto de uma amiga da investigadora, que apresentou a participante. Subsequentemente, entrou-se em contacto com uma refugiada que havia concedido uma entrevista a um jornal, contudo, a mesma não estava disponível para participar nesta pesquisa. Apesar disso, forneceu os contactos das participantes que viriam a ser a segunda, terceira e quarta entrevistadas. A quinta entrevistada foi encontrada após a visualização de um documentário no qual esta havia participado. Após concluir a sua entrevista, mencionou ter uma amiga interessada em participar, o que possibilitou a inclusão da sexta participante.

Na busca por uma sétima participante, entrou-se em contacto com uma cidadã síria mencionada num blog. Esta mulher optou por não participar na investigação, mas facultou o contacto de outra jovem que se tornou a sétima participante deste estudo. As oitava e nona participantes também foram encontradas através de pesquisas na internet, tendo as entrevistadas solicitado que fosse mantida em sigilo a fonte que levou a que fossem encontradas.

É importante ressaltar que, numa fase inicial, estabeleceram-se contactos preliminares com o propósito de fornecer esclarecimentos relevantes antes de agendar as entrevistas individuais com cada uma das participantes. Procedeu-se à elaboração de um guião de entrevista semiestruturada para direccionar as discussões, e as informações partilhadas pelas entrevistadas foram meticulosamente recolhidas e tratadas. Para garantir a integridade do processo, solicitou-se a todas as participantes a assinatura de um termo de consentimento informado.

Este documento também formalizou o compromisso de confidencialidade, sendo as participantes devidamente informadas de que os seus nomes seriam substituídos por nomes fictícios, preservando, assim, a sua privacidade.

As entrevistas, semiestruturadas e em profundidade (MACK et al., 2005) tiveram uma duração entre uma a duas horas. Foram gravadas e transcritas e, procedeu-se à criação de códigos e de categorias (CRESWELL, 2014). Numa fase posterior, nesta investigação

predominantemente qualitativa, procedeu-se à análise de conteúdo, no qual foram trabalhados os temas de acordo com os significados que as entrevistadas atribuíram às suas experiências e trajetórias, assumindo os textos um papel fundamental para representar a realidade (FLICK, 2005).

Interpretar os dados no contexto da análise de conteúdo envolveu analisar sistematicamente e dar sentido aos dados textuais obtidos nas entrevistas. O processo de interpretação seguiu diversas etapas, que incluíram: 1) Familiarização com as transcrições das entrevistas; 2) Codificação dos dados para identificação dos temas; 3) Categorização de temas relacionados em grupos significativos; 4) Interpretação dos temas no contexto dos objetivos da investigação; e 5) Validação da interpretação por verificação de pares e revisão da literatura.

As entrevistadas são oriundas do Iraque, da Síria e da Líbia, residem em Portugal há mais de um ano; as suas idades situam-se, à data das entrevistas, entre os 20 e os 32 anos; e a escolaridade varia entre a frequência de licenciatura e a de doutoramento. Vieram para Portugal em contexto de migração forçada, tendo chegado ao país recetor em diferentes anos. A entrevistada que reside em Portugal há menos tempo chegou em 2019 e a que está neste país há mais anos chegou em 2015.

Nuria

Nuria tem 32 anos, é casada, tem uma filha, é muçulmana e natural de Bagdade, no Iraque.

No seu país de origem, formou-se em Medicina Geral e Familiar e exerceu a profissão até fugir do país com o marido e a filha. Em 2019, chegou a Portugal com o estatuto de refugiada, após cinco anos na Turquia.

As frustrações e os entraves que tem encontrado no acesso à educação são invocados diversas vezes na entrevista de Núria, assim como o transtorno que tal facto lhe causa

Eu sou médica, por isso preciso de estudar... Para mim há dificuldades nos estudos. Este é o problema. Talvez noutros casos não tenham este problema.

Para mim é e sinto que não encontrei aquilo que esperava em Portugal”. Sem embargo, a entrevistada revela que lhe teria sido garantido que reconheceriam o seu diploma iraquiano em Medicina e que, uma vez ultrapassada essa burocracia, poderia estudar na faculdade de Medicina para obter as equivalências necessárias para exercer a profissão em Portugal, “disseram para vir, porque podia estudar e trabalhar, mas ao fim de três ou quatro anos ainda não consegui. Neste momento quero tratar do processo que me prometeram. Eles mentiram e não fizeram nada com os meus documentos”. Contudo, tal ainda não se verificou e, por isso, Núria considera o acesso à educação “Muito mau. É o meu maior problema. É mau, não só para mim mas também para os meus amigos refugiados [...] É o meu maior problema”. Este constrangimento impede Núria, médica iraniana, de exercer a sua profissão no país de acolhimento, encontrando-se, de momento, a trabalhar num call center.

A entrevistada revela nunca se ter sentido discriminada por ser mulher quer em Portugal, quer no Iraque ,

“porque eu vivia como os homens”, admitindo que essa foi a sua experiência e que para outras mulheres poderá ser e/ou ter sido diferente: *“é diferente de caso para caso”*. Admite-se que tal se possa dever à sua condição familiar, social e profissional.

Djamila

Djamila tem 27 anos, é solteira e sem filhos. Define-se como ateia e é natural de Damasco, capital da Síria.

No seu país de origem, Djamila licenciou-se em Engenharia Informática, mas teve de interromper a progressão dos seus estudos nesta área, por causa da guerra que se instalou no país. Em 2018, chegou a Portugal ao abrigo do programa da APGES, que lhe concedeu uma bolsa para continuar o seu percurso académico.

Sobre a discriminação no país de origem Djamila reflete

“Posso dizer-te que tudo lá funciona à base da discriminação. Não podes ser contratada para tal posição porque pertences a tal religião, não podes ser contratada para tal posição porque és mulher. Tudo estava limitado, literalmente tudo”. Acrescentando que “tu não expressas a tua própria opinião política, não podes discutir política ou podes ser presa se alguém achar que tu és contra o governo [...] também não discutimos a religião, não é permitido lá. [...] Eu enfrentei muitas dificuldades para discutir sobre religião, porque eu costumava falar alto e livremente e isso não é possível no nosso país [...] partilho muita coisa

no Facebook, não contra [existir] a religião, mas a criticá-la. É difícil para as pessoas, por isso perdi muitos amigos na universidade”. A este respeito, recorda ainda um evento em particular: “um rapaz recusou-se a trabalhar comigo num projeto, porque eu não cubro o meu cabelo e porque sou ateia, e ele era um muçulmano extremista”. Acrescentando ainda que “outras pessoas nem sequer cumprimentam ou apertam a tua mão, porque és uma mulher. É preciso ter muito cuidado com os extremistas, não se pode trabalhar em qualquer lado. A minha família insistiu que eu trabalhasse na mesma área onde vivíamos porque uma mulher que não cobre o cabelo...eu estou exposta a mais perigo que as outras pessoas”.

Djamila afirma que a mudança de país e, por inerência, de rotina, foi algo positivo, confessando que na Síria não era possível sair de casa para praticar *hobbies*, por exemplo. Considera ainda que “*tudo é positivo desde que eu cheguei aqui [Portugal], quase tudo*”.

Durante toda a sua entrevista Djamila demonstra que sempre foi uma aluna muito aplicada:

[...] eu era uma pessoa muito dedicada desde criança, estava sempre a estudar, a tentar adquirir mais conhecimento e era uma pessoa muito aberta”. Isto, porque “eu sabia que estudar, aprender, e ser uma das melhores da turma, da universidade, levaria a algum lugar. E foi isso que eu fiz.

Sobre a educação em Portugal descreve-a como “*incrível*”, afirmando que “*os professores ajudaram-me imenso*”, lecionando, inclusive, em inglês para que compreendesse melhor “*foi mesmo incrível e inesperado*”. O acesso ao ensino superior para prosseguir os seus estudos foi facilitado por via da APGES, e foi pelo facto de ver os seus estudos interrompidos na Síria que se pôde candidatar a esta bolsa. Além disso, o seu percurso e sucesso académico permitiram que encontrasse um bom emprego em Portugal.

Safira

Safira tem 31 anos, é solteira e sem filhos, é muçulmana e natural da Síria. No seu país de origem teve de interromper os seus estudos em Arquitetura, no ensino superior, por causa da guerra que se instalou no país. Em 2015, chegou a Portugal ao abrigo da APGES, que lhe concedeu uma bolsa para retomar os seus estudos.

Foi quando a guerra no seu país de origem se intensificou, assim como as consequências adjacentes, que a entrevistada, com o incentivo dos pais, irmão e irmã, iniciou uma pesquisa de bolsas de estudo, com o objetivo de sair do país, assim como, de continuar os estudos:

eu venho de uma família que é instruída, os meus pais são ambos professores então mesmo antes da guerra, para eles, os filhos deviam viajar para adquirir mais conhecimento e para expandir diferentes horizontes [...] depois de começar a guerra disseram ‘agora tens mesmo que ir.

O irmão de Safira já tinha saído do país, através de uma bolsa de estudos noutro país europeu, e Safira conseguiu o mesmo feito: *“a minha família ajudou-me, eles queriam que eu me candidatasse a bolsas”*, procurando, *“na internet por bolsas, o meu irmão já tinha partido antes de mim então ele estava a ver se eu me podia juntar a ele”*. Apesar disso, Safira recorda que *“quis voltar depois de quatro meses [...] eu comprei o bilhete para voltar”*, porém, depois conheceu o namorado que, a par da mãe, a convenceram a permanecer em Portugal. Ainda assim, a entrevistada evidencia a dificuldade de adaptação ao novo país e revela que as suas relações de amizade se estendem, na prática, apenas ao namorado:

“sinto-me uma estranha, mesmo depois de seis, quase sete anos aqui, ainda me sinto. O meu namorado torna isso um pouco mais fácil, mas sem ele... quando estou sozinha sinto-me perdida”. Safira acabou por conversar com uma psicóloga que lhe disse *“estás a carregar muita raiva de casa”*, admitindo que

[...] estava zangada, eu sei, eu estava muito zangada [...] estava deprimida, eu estava numa depressão profunda nessa altura [...] a depressão é algo que pode puxar muito para baixo. [...] Eu lembro-me que tive uma dor no ombro, o médico disse-me que era por causa do stress, então tive que ir ao psicólogo, porque aparentemente a depressão estava a afetar o meu músculo, eu não consegui mover o ombro durante três dias.

Durante a entrevista, Safira coloca em evidência uma dualidade que se adivinha difícil de ultrapassar e de uniformizar:

Os maus pensamentos estão sempre presentes. Vão sempre estar. Nada se resolveu, o problema ainda existe. Eu ainda estou longe, eu ainda estou só, eu ainda não tenho amizades [...] Portugal nunca será como a Síria e a Síria nunca será como Portugal. E é assim que deve ser, devem existir diferentes cores por

todo o mundo [...], mas quando estás num país estrangeiro por muito tempo, metade de ti está aqui e a outra metade está lá [no país de origem].

Em resposta às questões relativas à discriminação em Portugal, Safira deixa algumas críticas em relação a alguns portugueses com os quais teve contacto: *“é como se olhassem para ti como inferior... [porque] tu tens que estar grata por estar aqui... porque agora estás longe desse país [Síria]. Não. Eu amo o meu país”*.

A entrevistada foi integrada numa faculdade portuguesa, por via da bolsa atribuída pela APGES, que lhe permitiu fugir do contexto de guerra e retomar os estudos interrompidos.

Safira afirma que nunca se sentiu discriminada no país de origem em função do género.

Hana

Hana tem 29 anos, é solteira e sem filhos, é ateia e natural da Síria. No seu país de origem teve de interromper os estudos na área de Farmácia, no ensino superior, por causa da guerra que se instalou no país. Chegou a Portugal há três anos, ao abrigo da APGES.

Conta que a guerra era a *“maior dificuldade”*, todavia, desabafa *“eu enfrentei muitas dificuldades e desafios como mulher no meu país”*. Hana aponta o vestuário como uma dessas adversidades, salientando que tinha que ter em atenção a forma como se apresentava na comunidade: *“usar alguma roupa na rua, que causa desconforto [...] as pessoas podem fazer comentários”*. Além disso, para Hana o desafio era ainda maior: *“como sou ateia desde os dezoito, dezessete anos... expressar que és ateia no meu país, numa comunidade conservadora... foi difícil para mim, enquanto mulher. Para um homem... não interessa, ele pode fazer o que quiser, está sempre bem. Mas para uma mulher, é como se ela estivesse a envergonhar a família”*. A entrevistada recorda também que quando tinha de se deslocar à faculdade receava pela sua segurança:

[...] ir e voltar todos os dias para a universidade era um desafio [...] [não vivia] exatamente no centro da cidade [...] então demorava cerca de 45 minutos [para chegar à universidade] [...] por vezes demorava 1 hora e meia ou, às vezes, tinha que ir a pé para casa, porque, por causa das bombas, não havia autocarros [...] [nesses casos] demorava três horas ou três horas e meia [a chegar a casa].

Foi quando a bolsa de estudos lhe foi atribuída que Hana conseguiu sair do seu país de origem e terminar o ciclo de estudos, interrompido pela guerra. Por isso, a entrevistada considera que o acesso à educação foi: *“fácil para mim porque estava integrada na APGES que trata do processo, então para mim foi muito simples, muito fácil”*.

Lâmia

Lâmia tem 20 anos, é solteira, cristã convertida e natural da Líbia.

No seu país de origem, era uma estudante, no país de acolhimento encontra-se a fazer uma licenciatura. Juntamente com a mãe chegou a Portugal há seis anos, com o estatuto de refugiada.

Sobre se tinha dificuldades acrescidas na Líbia em razão da pertença de género, indica que

[...] eu não, porque eu era uma criança, então não senti isso. Mas acho que a minha mãe e a minha tia, sim. A minha mãe é ortodontista e professora na universidade, acho que para ela foi muito mais difícil, porque os homens dominam. Então, especialmente na Líbia ou no mundo arabe, acho que para ela sim.

O acesso à educação também auxiliou Lâmia no processo de integração, em várias dimensões. Por um lado, trata-se de um lugar de encontros, propício aos contactos sociais e à concretização de laços de amizades, que a própria considera um apoio muito importante. Por outro, Lâmia sente a convicção de que está a seguir um caminho que permitirá continuar o legado da tia: *“Eu agora estou a estudar ciência política e vou entrar em Direito depois. Para continuar o que ela [a tia] talvez queria para mim. E isso ajuda muito”*. Além disso, a prossecução de estudos superiores permitirá a Lâmia, à partida, conseguir um emprego mais qualificado no futuro.

É ainda se salientar o interesse que a participante revela pela vida cívica e política em Portugal, demonstrando familiarização com o sistema político e vontade de participar nos diversos atos eleitorais: *“eu gostava de votar agora, no dia 30 [eleições legislativas de janeiro 2022], mas aqueles que não são portugueses não podem votar nesta eleição, só nas*

autárquicas. [...] Eu estou a aprender mais sobre os partidos aqui, mas é muito confuso". Lâmia revela, ainda, que em Portugal começou a praticar Taekwondo.

Raissa

Raissa tem 32 anos, é solteira e sem filhos, é ateia e nasceu na Síria. Na sua terra natal, teve de interromper os seus estudos na área das Ciências, no ensino superior, devido ao cenário de guerra que se instalou naquele país. Durante o ano de 2018, chegou a Portugal ao abrigo da APGES, que lhe concedeu uma bolsa para retomar os seus estudos.

Além dos problemas e dificuldades decorrentes do contexto bélico, de um modo geral transversais a todos os cidadãos e cidadãs, Raissa revela que se sentia discriminada enquanto mulher,

[...] todos os dias. [...] Onde eu trabalhava, na empresa médica, o escritório era muito próximo da minha cidade, mas esta localidade era muito diferente em termos de cultura. Na minha cidade eram muito liberais e naquela cidade as pessoas eram muito religiosas e muito focadas na religião e não aceitavam o facto de que eu era uma jovem mulher a trabalhar num cargo mais elevado que muitos homens [...] eu tive que dizer não a muitas coisas que eles queriam que eu aceitasse. [...] Eles não aceitavam o facto de que eu não usava lenço [islâmico], então tornou-se muito difícil, a certa altura, eles queriam que eu mudasse a minha forma de vestir, foi muito mau". Raissa considera que as alterações decorrentes da migração foram benéficas: "muito positivas, eu não estava muito bem, não era feliz nos meus empregos, mas precisava de trabalhar. Não havia segurança.

No país de acolhimento sente que há uma maior liberdade e igualdade:

[...] eu tenho muitos mais direitos aqui do que eu tinha na Síria e sou totalmente livre. Sinto que sou igual a toda a gente e que tenho uma voz. [...] antes aceitei coisas, porque não podia dizer uma palavra sobre isso, mas agora sei que tenho direitos.

Foi em virtude da atribuição de bolsa para terminar os estudos, interrompidos pela guerra no país origem, por parte da APGES, que Raissa pôde viajar para Portugal e ter, automaticamente, o acesso ao segundo ciclo de estudos no ensino superior. A entrevistada avalia a educação em Portugal como: "*muito boa, fiquei surpreendida*". Assinala ainda que

a frequência no mestrado lhe ofereceu conhecimentos que, na sua opinião, irá utilizar no futuro como profissional.

Zaya

Zaya nasceu na Síria, tem 31 anos, é muçulmana, solteira e sem filhos. Na sua terra natal, viu-se obrigada a cessar os seus estudos em Engenharia Informática, no ensino superior, por conta dos graves conflitos sentidos no país. Há seis anos, veio para Portugal sobre a alçada da APGES, que lhe atribuiu uma bolsa para retomar os seus estudos.

Zaya também se deparou com alguns obstáculos decorrentes do facto de ser mulher:

Quando eu fui para a Universidade, tive algumas dificuldades, mas não posso dizer discriminação, eu não posso dizer isso. Senti isso [discriminação], quando comecei a trabalhar, porque a cidade onde eu trabalhava era muito mais religiosa do que minha cidade natal. E, ainda me lembro de, algumas vezes, receber comentários ou de pessoas a olhar-me de forma diferente, porque eu não usava o hijab [...] por exemplo, eu tive que mudar a maneira de me vestir, quando ia trabalhar, apenas para me encaixar na comunidade. Embora eu estivesse a trabalhar numa universidade, a área em redor não era aberta [...] quando eu estava a trabalhar, trabalhei lá por um ano, ouvi alguns comentários, de algumas pessoas, apenas porque sou mulher e não usava hijab. Algumas pessoas sentiam-se superiores a nós porque, de certa forma, não somos tão bons quanto eles porque eles são religiosos, eles têm mais fé [...] na minha cidade natal as coisas eram melhores, crescer era bom, mas ainda assim existiam algumas diferenças, por exemplo, nós [meninos e meninas] tínhamos escolas diferentes e os rapazes estavam sempre a vir à escola das meninas. Então tu sentes que eles têm um pouco mais de liberdade do que nós [...].

Para mudar de vida começou a procurar e a candidatar-se a bolsas de estudo, até que viu a sua candidatura aceite pela APGES:

Eu estava à procura de qualquer oportunidade para sair. Sabia que era difícil ficar lá pessoal e profissionalmente, não podia fazer mestrado [...] estava a trabalhar na minha área, mas as circunstâncias do trabalho não eram muito confortáveis e então eu estava à procura de qualquer oportunidade, qualquer bolsa de estudos. Eu sabia que meu caminho seria uma bolsa, porque eu não me podia dar ao luxo de ir embora de outra maneira [...] Deixei literalmente tudo para trás. Foi uma decisão que eu tive que tomar, ou sair ou ficar, eu precisava de mudar. Eu não estava muito feliz e não aceitava a realidade lá, nem a nível pessoal, porque eu sabia que não era a vida que eu queria para mim. Provavelmente se eu ainda estivesse lá, eu ainda estaria a trabalhar, tinha a minha casa, agora provavelmente eu estaria casada, eu não sei, mas não era aquilo que eu queria para mim. Nós temos limitações lá porque somos mulheres, em termos de

relacionamentos, não é fácil lá. As pessoas assumem que tu tens que ficar e casar e ter filhos, mas não era isso que eu queria para mim. Naquela época eu queria ter mais liberdade, eu queria ter mais experiências, antes de tomar a decisão de me casar e isso foi uma das coisas que me fez sentir que não me encaixava lá. Eu era diferente, digamos. Eu sempre senti que precisava de ter mais liberdade para experimentar essas coisas antes de me decidir. Não posso casar com o primeiro homem que aparece à porta e sim, essa era uma das coisas que eu realmente queria abandonar. Eu não aceitei essa diferença entre homem e mulher. Eles dão muita importância a se uma mulher é virgem ou não, isso nunca foi importante para mim, mas também era algo sobre o qual eu nunca poderia falar. Então sim, eu queria sair. Eu só queria sair, eu queria poder ser capaz de me construir numa comunidade diferente [...] Eu sabia que mudar-me, mudaria totalmente a minha vida e, então, eu mudaria a vida dele [do irmão] [...] eu sabia que era uma decisão que mudaria tudo.

Para Zaya, o acesso à educação foi facilitado por conta da bolsa de estudos que lhe foi atribuída pela APGES:

[...] a educação também foi fácil para mim, porque eu tinha a bolsa que era responsável por tudo, eu não tive que pagar [...] o acesso à educação foi fácil com a bolsa de estudos, especificamente até em termos da aprendizagem do português, tivemos apoio no instituto e até a universidade oferecia aulas para aprender português a estudantes estrangeiros.

Sandra

Sandra tem 23 anos, é solteira, sem filhos, é muçulmana e veio da Síria. Em 2018, na sequência de ver aprovada a sua candidatura a uma bolsa para estudantes sírios em situação de emergência, da APGES, veio para Portugal, com o intuito de prosseguir os estudos superiores.

A par de privações de bens essenciais, Sandra revela que existem questões de género que limitam o empoderamento da mulher na Síria. Recorda, especificamente, as exigências em relação ao vestuário na sua cidade natal e a dificuldade de prossecução de uma carreira profissional:

“não me senti discriminada por atos, mas pelo que as pessoas falam [...] por exemplo, às vezes, há gente que diz - és mulher e tal, o mais importante para ti é casar e ter filhos, a tua profissão não é muito importante. Estas coisas são negativas, não dão motivação e sentimos que estamos a fazer isso [estudar] e, provavelmente, não vamos beneficiar daquela licenciatura que estamos a fazer. [...] A minha cidade especialmente é mais reservada e as pessoas lá são mais reservadas. Acho que a nível de vestuário não há muita liberdade. Eu dificilmente encontro uma mulher que não utiliza lenço ou que está a andar de roupa normal,

com uma camisola curtinha, por exemplo, e umas calças. Acho que neste sentido deveria haver mais liberdade, andar na rua como quisermos”.

Apesar de se **sentir bem integrada e considerar** que em Portugal não sofreu discriminação baseada no género, descreve experiências de hostilidade que foram desde vulgos olhares a um incidente grave que a marcou profundamente “*Houve uma situação de discriminação muito grande [...] eu fiquei numa situação em que me acusaram de uma coisa que eu não fiz e era muito estranho e sem nenhuma evidência e era uma situação de discriminação*”. Foi após esse incidente que tomou a decisão de alterar a forma como se apresenta, recorrendo a alterações do vestuário que preferiu não especificar.

Para Sandra, a mulher migrante tem que superar mais desafios do que o homem, principalmente pela forma como se veste: “*em qualquer país, a vida das mulheres é sempre mais difícil do que a dos homens, porque o vestuário da mulher vai ser influenciado pela comunidade, sempre*”.

Não obstante todas as adversidades e desafios que enfrentou, a entrevistada afirma que se percebe como uma mulher autónoma em Portugal, algo que considera positivo: “*acho que estar independente, viver sozinha, ter a responsabilidade de todos os aspetos da minha vida é uma experiência muito positiva para qualquer pessoa*”.

O acesso de Sandra ao ensino superior foi facilitado pela APGES, uma oportunidade que considera “*não se pode perder*”. Todavia, a entrevistada parece compreender que, para refugiados não envolvidos neste tipo de programas, o acesso à educação pode ser mais complexo, “*na APGES dão muitas oportunidades a alunos refugiados que estão a viver aqui, em Portugal, para entrarem na universidade. Eu conheci uma pessoa que estava lá, refugiada, depois entrou na Universidade Católica em Lisboa. Acho muito bem. E acho que muita gente precisa destas oportunidades, porque se não vai ser difícil*”.

A entrevistada afirma que atualmente está envolvida em diversas atividades da vida académica. Além disso, Sandra acrescenta que em Portugal vai ao ginásio.

Maryam

Maryam nasceu na Síria, tem 24 anos, é solteira, sem filhos, e é muçulmana. Em 2018, Maryam chegou a Portugal com o intuito de terminar os seus estudos superiores. A APGES foi essencial nesta deslocação, tendo em conta que atribuiu uma bolsa de estudos à entrevistada e a auxiliou no processo migratório.

Na sua própria perceção não é fácil ser mulher na Síria, sobretudo pela opressão e controlo masculino:

Sim, na Síria, em geral, é difícil ser mulher. Na minha cidade em particular há aquele controlo dos homens. No geral, muitos homens, até por exemplo no caminho, eles acham que têm o direito de, por exemplo, falar contigo mal, se acharem, por exemplo, que o teu vestuário não é adequado. O vestuário é muito normal, não é, por exemplo, uma coisa muito exposta ou assim. Mas se eles acharem que não é apropriado, sim. Alguns homens podem falar e, em geral, sim, há controlo dos homens, em particular na minha cidade.

Também Maryam passou por um episódio de discriminação e optou, a dada altura, por alterar o vestuário:

Não, não por ser mulher. Mas por ser diferente sim, por causa do vestuário [...] a principal coisa é o vestuário. Porque todas as pessoas a todo o tempo estão a olhar para nós ou para mim. Eles sabem que somos migrantes e pronto, se calhar há pessoas que não querem ser antipáticas, mas é óbvio que as pessoas olham para mim, de uma maneira diferente, por causa do meu vestuário.

O facto de estar a estudar na universidade é perspectivado por Maryam como um recurso integrador,

Aprender a língua claro e tentar ser produtiva na Universidade. Em geral, mas também na Universidade era muito importante [para se sentir integrada]". Maryam reforça a ideia de que o sucesso académico é muito importante no processo de integração, inclusive na forma como a mulher migrante é percecionada pela sociedade: "Quando nós [Maryam e a irmã] começamos a passar os exames a fazer as coisas bem, as pessoas mudaram um bocadinho a ideia. Porque as pessoas têm uma ideia que as mulheres com lenço e assim, são fracas e não são produtivas e assim. Mas pronto, quando conseguimos fazer as coisas, as pessoas aceitaram-nos melhor. Sim, começamos a ter mais amigos e os professores ajudaram e sim. Eram muito simpáticos.

Refira-se ainda que, relativamente ao acesso à educação, a entrevistada viu o seu processo facilitado, já que a bolsa atribuída pela APGES encarrega-se da questão:

a APGES providenciou-me esta oportunidade e não fiz as coisas. Eu mandei só os documentos para a APGES e eles ajudaram e deram-me a oportunidade [...] Não tenho muita experiência na realidade, porque pronto, a APGES disse-me - esta vai ser a tua universidade e começa a estudar.

Ressalte-se que a entrevistada se considera mais ativa no país de acolhimento

[...] aqui eu comecei a fazer mais coisas. Na Síria não fazia muitas coisas, só estudar e algumas vezes ver algumas amigas [...] agora estou a participar nas jornadas de Medicina. Há possibilidade, pronto quem quiser pode fazer, mas algumas vezes, pronto, eu fico preguiçosa, não faço muitas atividades e também não tenho muito tempo, porque aqui eu vivo sozinha [sem os pais], tenho mais responsabilidades do que tive na Síria. Tento fazer mais coisas, independentemente do meu estudo na Universidade”. Maryam ainda não pode exercer o direito de voto, mas gostaria de o poder fazer: “eu gostaria, quer dizer, ser portuguesa, de ter oportunidade de votar. Eu gostaria de votar aqui. Eu acho que a minha voz vai contar”.

Discussão de Resultados

O acesso à educação e ao emprego traz consequências benéficas no processo de integração da pessoa migrante, carregando repercussões nas dimensões sociais e laborais, bem como, no que diz respeito à saúde física e psíquica (RAMOS, 2004, 2008, 2009). Por outro lado, quando esse direito é negado produz consequências negativas no desenvolvimento e inclusão da pessoa migrante (RAMOS, 2004). Ademais, a privação do acesso à educação das mulheres migrantes resulta numa dificuldade acrescida na obtenção de emprego qualificado contribuindo para o cancelamento da identidade profissional (RAMOS, 2010, 2020; ALMEIDA, 2021).

Saliente-se ainda que a participação mais igualitária na sociedade contribui para a coesão social e o bem-estar, mas também para a promoção dos direitos e da cidadania (RAMOS, 2010a).

No que concerne ao acesso à educação, a principal adversidade relatada diz respeito a dificuldades no reconhecimento de diploma e certificação de equivalência académica que, conseqüentemente, se traduz na impossibilidade de acesso ao emprego qualificado. Esta

dificuldade é sentida por Nuria, que, até à data da entrevista, não obteve o reconhecimento do seu diploma iraquiano em medicina. Tal situação impede a entrevistada de ingressar no ensino superior e concluir as equivalências necessárias e exigidas em Portugal para poder exercer medicina.

Lâmia chegou a Portugal numa idade muito jovem, mais concretamente dez anos, tendo sido rapidamente integrada no sistema de ensino português.

As restantes sete entrevistadas viajaram para Portugal após lhes serem atribuídas bolsas de estudo, para estudantes sírios em situação de emergência, e, por esse motivo, não se depararam com obstáculos no acesso à educação.

Com efeito, Djamila, Hana, Safira, Raissa, Zaya, Maryam e Sandra, tiveram o seu processo de entrada em Portugal e na Universidade facilitado por via da APGES. Estas participantes da investigação revelam que lhes foi possibilitado sair da Síria e retomar os seus estudos interrompidos pelo conflito, graças à obtenção da bolsa de estudos, por parte desta instituição, e identificam este elemento como um fator protetor preponderante no seu processo de integração, desenvolvimento, autonomia e empoderamento.

Os testemunhos reunidos nesta investigação vão de encontro ao consenso científico do estabelecimento do acesso à educação como um fator protetor, com influência no processo de integração e enquanto indicador mensurável de integração e desenvolvimento humano e social (RAMOS, 2004; ALMEIDA, 2021).

Considerando que oito das nove entrevistadas apontaram o acesso à educação como um fator protetor, e que o caso de Nuria está de momento suspenso por detalhes burocráticos, conclui-se que se trata de um fator protetor fundamental no processo de integração, desenvolvimento, autonomia, igualdade de género e empoderamento.

Com base nos seus relatos, entende-se que para a maioria das participantes, a migração constitui uma oportunidade de continuidade dos estudos, de empoderamento e de alteração de papéis de género. De facto, algumas das entrevistadas manifestaram sentir

desigualdades sociais baseadas no gênero nos seus países de origem, bem como a vontade de romper com os padrões e costumes mais tradicionais. Tal é visível, principalmente, nas narrativas de Djamila, Hana, Zaya e Raissa, que expõem planos de vida sustentados na sociedade de acolhimento, substancialmente desviados do modelo tradicional feminino, desafiando preconceitos relacionados com identidade e gênero patentes nos seus países de nascença. Lâmia situa-se igualmente neste paradigma, sendo, no entanto, a sua percepção baseada na observação da experiência da mãe e da tia, já que esta entrevistada era muito jovem quando saiu da Líbia.

Maryam e a Sandra, apesar de apontarem também preconceitos e atitudes discriminatórias no país de origem, baseados no gênero, em Portugal experimentaram episódios de discriminação instigados em razão da identidade religiosa e étnico-cultural. As entrevistadas relataram que esses episódios as levaram a proceder a alterações de vestuário. Em termos identitários trata-se de uma decisão que se associa a um maior risco de vulnerabilidade psíquica. Aqui, evidencia-se um conflito identitário decorrente da opção de rutura com símbolos que sempre fizeram, durante as suas vidas, parte da sua identidade e autoafirmação. Por outro lado, as duas jovens revelam extrema maturidade, capacidade de resiliência e esforço de adaptação ao tomar essa decisão que, acreditam, auxiliou a integração na sociedade. Revelam ainda que em Portugal são mais ativas, fazem mais coisas e estão mais envolvidas na vida académica, cívica e política do que na Síria.

Para a entrevistada Nuria, a migração não teve um impacto significativo na sua vida no que diz respeito a questões de gênero e de empoderamento, pois, segundo a própria, já no Iraque se sentia uma mulher autónoma e empoderada. Concebe-se que, possivelmente, essa percepção se prende com a sua condição familiar, socioeconómica, académica e profissional no seu país de origem.

Apesar de ter conseguido prosseguir os seus estudos, Safira é a que relata um maior constrangimento na adaptação à sociedade acolhedora. Com base no seu testemunho, constata-se, em parte, um reforço do papel tradicional da mulher, eventualmente pela percepção de ameaça à preservação dos seus padrões religiosos e culturais. De facto, denota-se a presença de conflito identitário, associado a sintomas depressivos e pós-

traumáticos, assim como o sentimento de divisão entre duas culturas com valores muito diferentes, difíceis de compreender e integrar.

Com base na análise dos relatos, constata-se que as entrevistadas demonstram diferentes formas e níveis de envolvimento na sociedade de acolhimento. Notavelmente, algumas mulheres atribuem um significado especial à sua participação cívica e política em Portugal, nomeadamente Lâmia, Maryam e Sandra.

Lâmia emerge como uma participante significativamente envolvida na vida social e cívica, demonstrando um conhecimento sólido sobre seus direitos no contexto político português. Esta participante menciona inclusive o seu papel como eleitora em eleições locais, e demonstra vontade em participar nos outros processos eleitorais, assim que seja elegível para o efeito.

Por sua vez, Maryam e Sandra relatam envolvimento cívico a nível local, principalmente através de movimentos associativos ligados à faculdade. Ambas expressam o desejo de participar ativamente nos processos eleitorais em Portugal, enfatizando a importância desses momentos como oportunidades para que as suas opiniões sejam consideradas.

Estes testemunhos revelam um comprometimento significativo por parte destas mulheres em participar na vida cívica e política do seu país de acolhimento. As suas aspirações de participação ativa e o seu entendimento dos processos políticos demonstram a importância da inclusão e do envolvimento destes grupos na construção de sociedades mais justas e igualitárias.

A migração foi para todas as entrevistadas, à exceção de Núria que já era formada em Medicina, decisiva para a continuidade e conclusão dos estudos, assim como, à exceção de Safira, para a alteração de papéis de género, a emancipação cívica e política, o acesso a emprego qualificado e o aumento do grau de autonomia e poder de decisão.

Considerações finais

Duas entrevistadas entraram em Portugal com o estatuto de refugiadas, sete com a bolsa de estudante em situação de emergência por razões humanitárias, da APGES. Fica patente nas entrevistas que estas bolsas foram cruciais para as sete mulheres conseguirem sair do país em conflito de um modo seguro e prosseguir os seus estudos.

Neste sentido, há a afirmar que programas como o da APGES devem ser estimulados e amplamente apoiados, já que oferecem uma deslocação segura a estas mulheres, assim como, a oportunidade de continuar os estudos, fornecendo, simultaneamente, maior grau de autonomia, estabilidade e esperança para o futuro, figurando-se, muitas vezes, a única alternativa.

O objetivo 4 da Agenda 2030 que procura assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos é fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois reconhece a educação como um catalisador para a igualdade e o empoderamento. Iniciativas como a da APGES, ao oferecerem oportunidades educacionais a estudantes em mobilidade forçada, estão ativamente envolvidas na realização deste objetivo.

A migração forçada **coloca** vários desafios para os envolvidos, levando, entre outras consequências, a interrupções significativas na educação. Ao restaurar o acesso à educação para estudantes em emergência por razões humanitárias, não se colmata apenas a lacuna educacional, mas também **se promove a autonomia e a resiliência** desses indivíduos e beneficia-se as suas comunidades. A educação oferece um sentido de normalidade, estabilidade e de esperança no futuro, no contexto caótico que é o da migração forçada. Além disso, o investimento na educação de migrantes forçados contribui para a formação de líderes e construtores do futuro dos países devastados pela guerra. Esses e essas estudantes, se retornarem ao seu país de origem ou contribuirão para a diáspora, levarão consigo conhecimentos e habilidades que serão essenciais para a reconstrução, a estabilidade e a prosperidade dos países.

O objetivo número 5 da Agenda 2030 reconhece a necessidade de empoderar mulheres e meninas e eliminar as desigualdades de género. No contexto da migração forçada, as mulheres e meninas frequentemente enfrentam desafios adicionais, incluindo riscos de violência de género e um acesso limitado à educação, sobretudo quando são originárias de países e famílias conservadoras. Ao criarem-se oportunidades educacionais para mulheres e meninas em situação de migração forçada estar-se-á a desafiar ativamente as normas de género prejudiciais ao empoderamento feminino.

Além disso, a educação é um instrumento de transformação social capaz de **contribuir para** o empoderamento das mulheres, oferecendo não apenas habilidades práticas, mas também confiança e capacidade de liderança, preparando-as para desempenhar papéis ativos na sociedade e na reconstrução das suas comunidades.

Relativamente à vida em Portugal, as participantes manifestam a existência de uma maior liberdade (particularmente quanto ao vestuário, relações sociais, à participação cívica e política, aos estudos e à escolha e exercício da profissão), constatando-se uma alteração de papéis de género que instiga maior independência e autonomia. Apenas Safira evidencia um certo grau de reforço do papel tradicional da mulher, verificando-se um maior *stress* de aculturação. No testemunho de Zaya é inequívoco que desigualdades de género e prossecução de empoderamento motivaram a partida. A esse propósito, verifica-se que os motivos que suscitaram a migração forçada são diversos, no entanto, todos os relatos evidenciam as dificuldades para a continuidade dos estudos e/ou das atividades profissionais, acompanhados da predominância de sentimentos relacionados com medo, incerteza, ansiedade e *stress*, desencadeados por exposição à violência, ameaças diretas e/ou indiretas à vida e insegurança.

A privação do acesso à educação pode limitar as oportunidades das mulheres e meninas, bem como perpetuar desigualdades de género. As mulheres e meninas que recebem uma educação de qualidade são mais capazes de exercer os seus direitos, participar mais plenamente na vida familiar, na vida cívica, política e económica das suas comunidades e de se protegerem a elas, bem como aos seus filhos da violência e discriminação de género. A educação de qualidade também é um meio essencial para promover a autonomia e o

empoderamento das mulheres e meninas nos diversos setores das suas vidas, seja a nível pessoal como profissional e no âmbito privado e coletivo.

Referências

AGUIAR, M. M. A construção das hierarquias sociais: Classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 36/37, ed. 20, p. 83-88, 2007. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-MARCIO.Aconstrucaodashierarquiasociaisclasse-raca-generoeeticidade.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

ALMEIDA, S. **Políticas, instituições e percursos migratórios de mulheres e meninas refugiadas em Portugal e na Dinamarca**. Lisboa: Alto Comissariado Para As Migrações, I. P. (ACM, I.P.), 2021. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/Tese+54.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

AMÂNCIO, L. O gênero no discurso das ciências sociais. **Análise Social**, v. 38, ed. 168, p. 687-714, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/18123>. Acesso em: 15 maio 2023.

ASSOCIAÇÃO PLATAFORMA GLOBAL PARA ESTUDANTES SÍRIOS. **The global platform at a glance**. Disponível em: <https://globalplatformforsyrianstudents.org/index.php/the-network>. Acesso em: 15 maio 2023.

BARROS, J. Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. **Análise Social**, v. 40, ed. 175, p. 345-366, 2005. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218709941G9oFF7ya2Ux18EW0.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

CALVINHO, M.; RAMOS, N. Violência conjugal contra a mulher, saúde e gênero: contributos para melhorar as práticas profissionais e as políticas de prevenção da violência. **Revista Ambivalências - UFS**, v. 2, ed. 3, p. 42-69, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/3302>. Acesso em: 15 maio 2023.

CRESWELL, J. Research design: **Qualitative, quantitative and mixed methods approaches**. Lincoln: University of Nebraska, 2014.

DECRETO-LEI Nº 27/2008 de 30 de junho da Assembleia da República. **Diário da República**: I Série nº 124, 2008, pp. 4003-4018. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/27-2008-456263>. Acesso em: 15 maio 2023.

ENNES, M.; GOES, A.; MENESES, C. (Orgs.). **Migrações internacionais sob múltiplas perspectivas**. Aracaju: Criação Editora, 2021.

FISHER, I. **A trabalhadora rural: Conscientização política e social na empresa agrícola moderna**. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000.

FLICK, U. **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa: Monitor, 2005.

FUNDAÇÃO “LA CAIXA”. Bolsas de estudos superiores para estudantes sírios. Disponível em: <https://fundacaolacaixa.pt/pt/programas-sociais/cooperacao-internacional/bolsas-de-estudos-superiores-para-estudantes-sirios>. Acesso em: 15 maio 2023.

MACK, N. et al. **Qualitative research methods: A data collector’s field guide**. North Carolina: Family Health International, 2005.

MEAD, M. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. New York: William Morrow, 1935.

POLO, P. **O acesso das mulheres à educação e a igualdade de direitos de gênero**. Rio Grande do Sul: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/5346/Pri-scila%20Polo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 maio 2023.

RAMOS, M. C. Migrações e gênero – trabalho, empreendedorismo e discriminações. Em **Anais eletrônicos do 9º seminário internacional fazendo gênero: Diásporas, diversidades, deslocamento**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 1-9.

RAMOS, M. C. Mobilidade humana internacional, políticas migratórias e direitos humanos: Avanços e recuos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, ed. 1, p. 405-421, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v24n1p405-421>. Acesso em: 15 maio 2023.

RAMOS, N. **Psicologia Clínica e da Saúde**. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.

RAMOS, N. **Saúde, migração e interculturalidade. Perspectivas teóricas e práticas**. João Pessoa: EDUFPA, 2008.

RAMOS, N. Saúde, migração e direitos humanos. **Mudanças: Psicologia da saúde**, v. 17, ed. 1, p. 1-11, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/3127>. Acesso em: 15 maio 2023.

RAMOS, N. Gênero e migração - Questionando dinâmicas, vulnerabilidades e políticas de integração e saúde da mulher migrante. Em: **Anais eletrônicos do 9º seminário internacional fazendo gênero: Diásporas, diversidades, deslocamentos**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010b, p. 1-9. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/5843>. Acesso em: 15 maio 2023.

RAMOS, N. **Desafios globais contemporâneos da comunicação e da saúde das populações migrantes e refugiados**. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la*

Comunicación, ALAIC, São Paulo, v. 19, n. 35, 2020b, p.38-49. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/10554>

RAMOS, N.; DIAS, M. Migrações contemporâneas e feminização: Impactos e desafios para as políticas públicas e para a integração nas cidades. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, p. 456-473, 2020c. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/10096>. Acesso em: 15 maio 2023.

SAMPAIO, C. **Mulheres e migrações forçadas em Portugal: Adaptação, resiliência e integração social**. Lisboa: Alto Comissariado Para As Migrações, I. P. (ACM, I.P.), 2023. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/Tese+OM+57.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

Recebido: 15.05.2023
Aprovado: 30.06.2023